



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS /
BACHARELADO**

ELIENE BERTO FERREIRA SANTOS

**UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE
MULHERES DEFIÇAS SUBMERSAS EM
SOCIEDADES DE VIOLÊNCIA**

**Maceió/AL
2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS /
BACHARELADO**

ELIENE BERTO FERREIRA SANTOS

**UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE MULHERES DEFIÇAS SUBMERSAS
EM SOCIEDADES DE VIOLÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Nádia Meinerz.

**Maceió/AL
2022**

**FOLHA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Eliene Berto Ferreira Santos, intitulado: “Um estudo bibliográfico sobre **mulheres defesas submersas em sociedades de violências**”, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em dezembro de 2022, submetido à defesa para seguinte banca examinadora:

Nádia Elisa Meinerz
Orientadora/Presidenta (ICS/UFAL)

Débora Allebrandt
Avaliador Interno (ICS/UFAL)

Andréa Pacheco de Mesquita
Avaliador externo (UFAL)

Maceió/AL

2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S237e Santos, Eliene Berto Ferreira.
Um estudo bibliográfico sobre mulheres deficias submersas em
sociedades de violência / Eliene Berto Ferreira Santos. – 2022. 44 f.

Orientadora: Nádia Elisa Meinerz.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais:
Bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências
Sociais. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 41-44.

1. Violência contra as mulheres. 2. Violência de gênero. 3. Capacitismo. 4.
Mulheres deficientes. I. Título.

CDU: 316: 343.6-055.2

*“Eu sou um corpo,
um
ser, um
corpo só.
Tem cor, tem
corte e a história do meu
lugar.
Eu sou a minha própria
embarcação. Sou minha
própria sorte.”*

- Luedji Luna

Dedico este trabalho a todas as mulheres que vieram antes e plantaram sementes de lutas para que hoje pudessem vingar. Dedico também a todas as mulheres vítimas-silenciadas. Que nossas vozes sejam ouvidas e jamais caladas.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são primordiais para o êxito da minha jornada acadêmica. Árduos foram os caminhos para que esse momento chegasse. Agradeço aos meus, que me seguraram e seguraram minha mão, com muito afeto e companheirismo, me ajudando a persistir e a lutar pelos meus sonhos - sonhos estes tão caros -.

Agradeço aos meus guias espirituais, que sem dúvidas iluminaram minha trajetória, me deram colo, colocando pessoas tão importantes no meu caminho. Longe da minha família, em outra cidade, encontrei acolhimentos em outra família que outrora se ligava a mim pelos sorrisos, pela luta e pelo companheirismo. Meus amigos companheiros: Lysanne, Micaella, Janderson, Jackson, Gian, Vic, João e outros, obrigada por terem sido pessoas-chaves nesses momentos. Agradeço também aos meus amigos de curso: Lucas, Andreyana, Rebeqa, Iris, Erick, Pedro's, Daniel, Ally, Magda, Doug, Carlos, Cristina que por tempos foram meu refúgio quando o mundo tentava cair sobre mim. Aos meus calourinhos: Richard, Felipe que grudaram em mim e deixaram a reta final do curso menos dolorosa.

Agradeço aos meus amigos -não cientistas sociais-, de outros cantinhos da UFAL os quais eu tenho imenso carinho: Cesar, Larissa, Bruno. Agradeço às minhas amigas Tatiane e Ananda, que apesar da distância sempre estiveram presentes nas partilhas de sentimentos, e por permanecerem comigo do ensino médio, até o final da graduação (que se perdure por toda vida). À Marcele pelo laço afetivo e compreensivo construído durante esse período ansioso e aflito que me ajudou tantas vezes.

À minha família que me subsidiou quando eu mais precisei e que entendeu minha ausência física. Muitos foram os momentos que eu não estive em momentos importantes para eles, porque a filha caçula da dona Eliane havia saído do interior para a capital para estudar. Agradeço à minha mãe por todas as fortes orações que me regeram até aqui. Ao meu pai pelo apoio que me pôde oferecer. Aos meus irmãos que para além do laço sanguíneo, são meus laços afetivos e que indiretamente me motivaram a chegar até aqui.

Por fim, tive a sorte de encontrar uma orientadora, pesquisadora, professora e mãe excepcional, empática, compreensiva, que acreditou e acredita em mim, quando nem eu acreditava. Tive a honra de poder discutir e aprender questões pertinentes para mim e para os meus iguais, graças aos ensinamentos dela, Nádia Meinerz. Obrigada por todo tempo designado para orientação, pesquisa e por todas as reuniões, que por vezes foram casa para trocas muito sinceras e subjetivas que perpassam questões acadêmicas. Obrigada pela paciência e profissionalismo exercidos, que com certeza foram primordiais para meu amadurecimento pessoal e acadêmico. A você que foi luz em momentos tão confusos e ansiosos, todo o meu respeito e carinho!

UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE MULHERES DEFIÇAS SUBMERSAS EM SOCIEDADES DE VIOLÊNCIA

Resumo: Historicamente mulheres (sobre)vivem às situações de violência de gênero com consequências severas ao seu cotidiano. Esse trabalho visa compreender como essa violência estrutural assume contornos específicos para mulheres com deficiência, reunindo pesquisas que abordem a intersecção entre desigualdade de gênero e capacitismo. No Brasil, questões sócio-culturais referentes à deficiência são pouco exploradas, de modo que o conhecimento disponível está limitado a um ponto de vista biomédico da deficiência como problema a ser prevenido ou remediado. A partir de uma leitura social da deficiência temos que a segregação social é um fator a ser considerado, relacionada a atitudes como infantilização, e pressuposições de incapacidade, de anormalidade e dependência. A pesquisa se organiza em torno da análise de um banco de dados com 14 pesquisas sobre o tema da violência contra as mulheres com deficiência no período entre 2011 e 2022. Os dados analisados confirmam a hipótese de que mulheres deficiadas sofrem violência doméstica, sexual, psicológica e física, em função de uma dupla vulnerabilidade. Frente a esses resultados, torna-se urgente produzir abordagens mais empíricas que circunscrevem as condições de vulnerabilidade às quais as mulheres com deficiência estão sujeitas. Ao mesmo tempo, é preciso avançar em termos metodológicos no desenho de pesquisas empíricas que não coloquem essas mulheres em situação de revitimização.

Palavras-chave: Gênero; Capacitismo; Violência; Vulnerabilidade

A LITERATURE OF STUDY OF WOMEN WITH DISABILITIES IMMERSSED IN SOCIETIES OF VIOLENCE

Abstract: Historically women (over)live situations of gender-based violence, which result in severe consequences in daily lives. However, it is necessary to look deeply and understand how this structural violence shapes the world for women with disabilities. This paper aims to bring together research that addresses them as victims of several kinds of violence, at the intersection of gender inequality and ableism. In Brazil, socio-cultural perspectives on disability are unexplored and the available knowledge based on a biomedical gaze remains tied to prevention and rehabilitation agencies. From a socio-anthropological perspective, we have to consider segregation as the main factor shaping the interactions by prescriptions of infantilization, incapacity, abnormality, and dependence. The review includes the analysis of 15 researches on the topic of violence against women with disabilities between the years of 2011 and 2022. The outcomes of these inquiries confirm the hypothesis of double vulnerability – which means that disabled women are over exposed to domestic, sexual, psychological, and physical violence. In light of these results, empirical approaches can help to circumscribe the vulnerability and the ways of victimization. At the same time, it is necessary to advance methodologically in the design of empirical research that does not put these women in a situation of re-victimization.

Keywords: Gender; Ableism; Violence; Vulnerability;

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. O MOVIMENTO DE MULHERES E A GARANTIA DE DIREITOS | 15 |
| 2.1 Interseccionalidades da violência de gênero e o capacitismo | 17 |
| 3. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DEFIÇAS | 22 |
| 3.1 Panorama das Pesquisas entre 2011 e 2022 | 23 |
| 3.2 A experiência das deficiências e as violências sofridas | 30 |
| 3.3 A revitimização enquanto cuidado ético e metodológico | 32 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 29 |
| 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 42 |

1. INTRODUÇÃO

A produção científica de escritos subsidia a produção de conhecimento, através de dados que fomentam novas pesquisas e práticas profissionais em diferentes áreas de conhecimento (ARAÚJO, COSTA e LIMA, 2021). No caso das ciências humanas, a produção de artigos científicos, dissertações e escritos no geral orienta a compreensão das questões que estão sendo discutidas na sociedade. A alta ou baixa produção é reveladora mesmo para produções exclusivamente bibliográficas que tornam-se subsídios essenciais na produção de estudos empíricos.

Neste artigo, apresento as pesquisas empíricas realizadas entre os anos de 2011-2022 sobre o tema da violência contra mulheres defças no Brasil. Uso o termo mulheres defças como forma construir contranarrativas ao uso dos termos “deficiente” ou “deficiência” que são carregados pelas concepções de limitação impostas aos corpos defças, pela hegemonia biomédica, a partir do uso dessa palavra feito por Anahí Guedes de Mello (2019).

Mello (2019), a partir da teoria crip sugere o termo defça, como uma forma de causar um estranhamento, que resulta numa curiosidade e reflexões para entender o uso desse termo recente, mas muito rico. O termo “defças”, que é abreviação do termo pessoas com deficiência, surge como uma tentativa de aleijar a expressão deficiência que é carregada de concepções negativas. Aleijar também é um termo desenvolvido pela teoria crip, que visa a necessidade de descolonizar as práticas antropológicas, ao oferecer uma modelo cultural da deficiência, que marca a ideia de que a deficiência não se encontra nos corpos das pessoas defças, mas no âmbito social que impõe limitações e inacessibilidade aos seus corpos, por meio da crítica aos sistemas de opressão marcados pelo patriarcado e pelo capacitismo. O termo defças também convida a relacionar a teoria anticapacitista à uma reflexão interseccional de gênero, raça e classe que contemple de forma mais satisfatória a pluralidade e a variabilidade dos corpos e mentes existentes.

Enquanto uma mulher defça, considero que esse termo contempla a minha forma de explicitar a minha identidade, de modo que essa autodefinição vai contra as agressões do termo deficiente, que me trouxeram muitas inquietações ao longo da vida. A palavra deficiência termo sempre me colocou, indiretamente e diretamente, em um lugar de ter um corpo estranho e diferente. Como se eu realmente precisasse da parte que não está presente no meu corpo, para me sentir pertencente a esta sociedade. E que meu corpo precisasse da validação das concepções de normalidade. Para além das perturbações psicológicas, principalmente na minha infância, onde os olhares externos eram carregados pelo coitadismo e

beirava a minha incapacidade de existir. Era tratada como dependente dos cuidados maternos para fazer coisas básicas, que eu claramente não precisava, pois, meu corpo obteve de forma natural a compreensão de como realizar determinadas atividades, que não necessitavam exatamente de uma atenção das duas mãos. As pessoas faziam perguntas muito fúteis, como por exemplo, se iria conseguir estudar ou se eu conseguia pentear o cabelo.

Na minha infância, eu precisei fazer atendimento psicológico comunitário, com outras crianças deficias, porque o viés capacitista externo, fazia com que eu sentisse vergonha de ser quem eu sou e sentir a necessidade de esconder meu braço nas barras das saias de minha mãe, para que as pessoas não perguntassem sobre minha condição física. Com isso eu não gostava de estar em lugares públicos, por sentir que eu não deveria estar ali, coagida pelo capacitismo. A violência das práticas capacitistas, que invalidam meu corpo, perpassam a infância e me acompanham até hoje. O sentimento de estar submersa em é acompanhado das diversas práticas reais que marcam minhas experiências subjetivas e individuais. Portanto, compreendo que assim como eu, várias mulheres deficias estejam submersas nessa sociedade que violenta sempre que pode nossos corpos.

Ao enunciar minha posicionalidade, destaco que o esquecimento de nossos corpos e mentes nesses espaços, resultam no isolamento e opressão contra nossas existências. Gavério (2017), explicita que as concepções externas sobre os corpos das pessoas com deficiência trazem uma grande confusão interna para os mesmos, pois são regados pela insuficiência das suas compreensões, ao que tange à incapacidade. Ao adotar o protagonismo identitário como evidência da experiência, se reverberam concepções menos nocivas aos nossos corpos, antecipando soluções aos problemas enfrentados corroborando para a ascensão dos corpos como constituintes das relações entre saber e poder.

Esse preâmbulo visa contextualizar a abordagem científica da violência contra as mulheres com deficiência numa chave interseccional de leitura na qual as desigualdades de gênero e o capacitismo sejam apresentados também a partir da minha experiência vivida, como fatores que concorrem para a exposição de mulheres com deficiências a diversos tipos de violência. O principal resultado dessa aproximação bibliográfica sobre gênero, deficiência e violência é a percepção de que se trata de uma conexão pouco explorada pelas das áreas da saúde, direito e de todas ciências humanas, bem como das ciências sociais. Autoras como Mays (2006) e Porto e Diniz (2006) justificam que pesquisas dessa natureza demandam uma compreensão e conscientização acerca de três conceitos complexos e cujas intersecções são ainda pouco exploradas. O banco de dados contempla 14 pesquisas empíricas e teóricas das ciências sociais, mas não se limita apenas a estas áreas, que para a construção deste artigo são

essenciais. Parte também de pesquisas das ciências da saúde, do direito, da educação, a fim de obter um panorama mais amplo de como estas áreas compreendem os debates políticos sobre capacitismo e violência de gênero, especialmente no que tange ao ativismo da deficiência.

O período selecionado acompanha uma transição na forma de contabilizar as deficiências a partir de classificações médicas internacionais. O censo demográfico do ano de 2010, buscou atender à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) divulgada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2001, em substituição à antiga CIDID que relacionava deficiências, incapacidades e desvantagens. (Amiralian et al, 2020). De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010, cerca de 24% da população possui ao menos um tipo de deficiência, por volta de 45 milhões de brasileiros. 53,58% desta população é do sexo feminino. Onde 10.5 milhões são mulheres com deficiência.

Para contabilizar os cerca de 45 milhões de brasileiros que possuem apenas uma deficiência foi utilizada uma abordagem que visou identificar quem eram as pessoas com deficiência a partir das estruturas corporais e se estas enfrentam limitações e barreiras nas funções exercidas individualmente. Essa abordagem contempla os preceitos deliberados pela Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada no âmbito das Nações Unidas, em 2006, buscando validar uma metodologia específica de análise das deficiências organizadas em forma de perguntas. (Washington Group on Disability Statistics – WG). O questionário buscou identificar as pessoas com deficiência intelectual, a partir de perguntas que limitavam as habilidades de trabalhar, brincar, estudar, etc. Buscava mapear as pessoas deficias com perguntas que investigavam a presença na família de pessoas com dificuldades para enxergar, ouvir ou andar. Essa forma de investigação ressalta a patologização da deficiência, enquanto doença e um corpo lesionado, incapaz de proceder em atividades cotidianas, ao contrário do que o modelo social da deficiência propõe. O modelo social da deficiência, segundo Diniz (2007) a deficiência deve se distanciar da experiência de segregação e opressão, sendo parâmetros de inclusão que incluam pessoas com deficiência nos espaços sociais. Souza (2016), ao analisar a concepção identitária que a sociedade considera deficiência, traz o questionamento e o embate entre o ponto de vista biomédico ao modelo social da deficiência ao questionar se as limitações vividas por pessoas com deficiência são frutos da condição corpórea ou intelectual do indivíduo ou se a concepção de deficiência é fruto da forma como a sociedade impõe a segregação e a opressão contra esses corpos. O último censo demográfico está em curso agora em 2022 e não há informações públicas sobre a forma como as pessoas com deficiência estão sendo contabilizadas.

As evidências demográficas são necessárias para subsidiar políticas de enfrentamento a diversos tipos de violência: morais, sexuais, psicológicas, intelectuais e físicas, porém são ainda inexpressivas de acordo com o levantamento realizado. Por outro lado, observamos o crescimento das movimentações das próprias mulheres com deficiência, e suas interpelações às pautas feministas, como por exemplo o Coletivo Feminista Hellen Keller, o Movimento Nacional de Mulheres Cegas, o Inclusivass que acabou de lançar um Guia de Enfrentamento às Mulheres com violência. Historicamente, as pautas de mulheres no geral, cuidadoras e de mulheres com deficiência não eram vistas como relevantes e ainda, por diversos setores e instâncias. A emergência desse ativismo aponta que mesmo com a presença de leis e políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil, as mulheres com deficiência ainda não são vistas. Constitucionalmente e socialmente, as mulheres deficias são percebidas como ‘objeto a ser protegido’, mas dificilmente são convidadas a serem sujeitos políticos, protagonistas dos seus locais de trabalho, estudos e da sua própria história.

A antropologia, as ciências sociais, junto dos debates feministas ocupam um espaço de extrema importância pautando a urgência do debate e construindo evidências empíricas sobre os corpos das mulheres com deficiência, submersos numa sociedade estruturada pela desigualdade de gênero. É dessa injunção que observamos emergir as expressivas contribuições de pesquisa sobre o tema. É preciso destacar que Anahí Guedes de Mello (2016), autora de 3 das 14 produções analisadas é uma ativista deficiã, feminista e pesquisadora da área da antropologia. Essa autora defende a invisibilidade da violência contra as mulheres com deficiência também está ancorada na corponormalidade, ou seja, nas expectativas de normalidade impostas aos corpos para que eles sejam coerentemente percebidos como sujeitos políticos. As concepções de corponormalidade colocam pessoas deficiãs, enquanto politicamente inferiores, incapazes de articulações autônomas e prontos para serem reparados a qualquer momento. A noção de corponormalidade tem como base o viés capacitista que é responsável pela opressão contra corpos com deficiência, assim como o racismo oprime negros e o machismo oprime mulheres. O capacitismo coloca a dualidade de normal e anormal, deixando as pessoas com deficiência com as configurações da anormalidade, que é repleta de segregações, enquanto a normalidade fica para os corpos das pessoas sem deficiência, que tem suas habilidades corpóreas vislumbradas como o ideal.

Em síntese, a leitura realizada dos 14 artigos encontrados sobre o tema é orientada pela seguinte questão: Como a violência de gênero que marca fortemente os corpos e experiências de mulheres se intersecciona com as experiências específicas de violência contra mulheres deficiãs? No próximo capítulo fundamento este questionamento a partir dos marcos legais que

sustenta a ação política contemporânea sobre violência contra as mulheres com deficiência no Brasil contemporâneo bem como nas teorias de gênero e interseccionalidade que nos ajudam a pensar o contexto de aplicação dessas leis. Encerro o trabalho com a apresentação de uma análise preliminar desse corpus de dados bibliográficos, tendo como principal preocupação o desenho de uma estratégia metodológica para uma futura investigação empírica.

2. O MOVIMENTO DE MULHERES E A BUSCA PELA GARANTIA DE DIREITOS

Mary del Priory (2013) explica que a violência contra mulheres foi negligenciada e inferida como algo natural nas relações sociais, a partir da noção de inferioridade dos corpos femininos, com base na crença de que as mulheres existiam apenas para procriação de outros seres humanos, para estarem de prontidão ao homem e servi-lo quando ele julgar necessário. Esse pensamento corrobora a não opção de mulheres terem voz, direitos e escolhas. O ponto de vista biomédico sustenta a ideia de fragilidade da "fêmea humana", a fim de servir para o trabalho "fácil", lê-se servir para os afazeres domésticos e para reprodução. Para Bourdieu (2007) a igreja, a família e a escola disseminaram a ideia de que a violência contra mulheres servia como uma espécie de correção e de disciplina para quando houvesse quaisquer sinais de posturas "desrespeitosas" para homens.

De acordo com Miriam Grossi (1994) a violência passa a ser compreendida politicamente, para além do ponto de vista biomédico que cria ressalvas a inferioridade como justificativa à agressões, a partir da atuação do movimento feminista que lutou pela mudança de narrativa sobre essa experiência. Um exemplo que a autora destaca são as primeiras manifestações acerca do feminicídio, através do slogan "Quem ama não mata", em 1979, em repúdio aos assassinatos e agressões perpetradas às mulheres pelos seus companheiros.

O movimento de mulheres está na vanguarda das principais discussões sobre gênero, ancoradas numa leitura crítica das explicações naturalizadoras para a desigualdade entre homens e mulheres. Graças aos debates feministas que se iniciaram na década de 70, com base nas construções das narrativas das feministas norte-americanas/inglesas, que buscavam compreender o poder hierárquico e desigual, personificados na subordinação dos femininos aos corpos masculinos. Louro (1995) menciona que foi a partir das discussões do movimento feminista que as ciências sociais passaram a investigar, a partir da cultura, como essa suposta naturalização do poder masculino, perpassa as vivências de mulheres. Esse movimento foi e é de extrema relevância para a democratização de direitos e pelos desenvolvimentos de políticas públicas que subsidiem uma equidade entre os gêneros (Alvarez, 1990; Costa, 2005).

Entretanto, apesar dos avanços políticos e sociais, hoje reconhecidos, as políticas públicas que contribuem para os enfrentamentos das lutas das mulheres são consideradas muito recentes e com um desenvolvimento tardio. Uma pesquisa realizada em 2001, pela fundação Perseu Abramo, quantificou dados muito alarmantes para a época: estatisticamente, a cada 15 segundos uma mulher era vítima de agressão e 43% das mulheres foram vítimas de violência nos âmbitos domésticos.¹ Em paralelo a isto, a primeira Lei de amparo a mulheres

vítimas da violência de gênero foi sancionada apenas em 2006. A lei que contempla a violência de gênero em ambientes domésticos e familiares é a lei n.º 11.340, a lei Maria da Penha. Em 1983, Maria da Penha sofreu uma tentativa de homicídio por parte do seu companheiro, ocasionada por um tiro enquanto ela dormia. Essa violência a tornou uma mulher paraplégica. Sem amparo da lei e da justiça, Maria retornou ao ambiente doméstico e sofreu mais uma tentativa de homicídio, dessa vez, com uma tentativa de choque elétrico. Maria da Penha, em 1998, conseguiu levar o caso até a Organização dos Estados Americanos, responsável por categorizar os direitos humanos, e após muito empenho conseguiu instituir a lei em defesa de todas as mulheres (OEA, 2001).² Após a lei ser sancionada, é possível reparar um aumento de denúncias dos casos de violência em ambientes domésticos e familiares, entretanto é necessário avaliar como as estruturas que norteiam a justiça brasileira ampara mulheres a ponto de tais denúncias começarem a ser cogitadas.

A conjuntura política e governamental reflete muito em como o desenvolvimento dos interesses pelos direitos e salvaguardas das mulheres. Na última década, algumas leis foram criadas com o objetivo instituir proteção às mulheres, como: A Lei [14.245](#), que prevê punição para atos contra a dignidade de vítimas de violência sexual e das testemunhas do processo durante julgamentos, em 2021; A lei 13.104/2015 alterou o código penal e qualificou o Feminicídio como crime hediondo no Brasil, contemplando as violências de agressões físicas ou psicológicas, abuso ou assédio sexual, tortura, mutilação genital ou qualquer outro crime que tenha por razão o gênero. Porém a realidade enfrentada por mulheres é cruel e avassaladora.

A última década é acompanhada por avanços na proteção constitucional às mulheres, porém insuficientes quando são feitos recortes de quais mulheres não entram nesta rede de uma suposta proteção. Mulheres que fazem parte das minorias sociais, não brancas e não cis-hetero-normativas. Dentro deste contexto, encontram-se as mulheres com deficiência. São muito recentes os debates que norteiam as experiências sociais da pessoa com deficiência, para além do ponto de vista biomédico que ressalta que os corpos de pessoas com deficiência carregam experiências e estereótipos que são marcados em seus meios sociais. As noções que

¹ Fundação Perseu Abramo. (2001). A mulher brasileira nos espaços públicos e privados. São Paulo: Autor.

² OEA. (2001). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório n.º 54/01, caso 12.051 (Maria da Penha Maia Fernandes x Brasil). Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/299_Relat%20n.pdf>. Acesso em: 11/11/2022.

reverberam a incapacidade, anormalidade e vulnerabilidade são duramente enfrentadas por pessoas com deficiência (DINIZ, 2007). A lei que percebe os corpos deficias como “capazes” de serem incluídos em todas as esferas da sociedade civil é de poucos anos atrás. A Lei nº 13.146, chamada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência foi criada em 6 de julho de 2015.

Esta lei surge com a finalidade de instruir a adequação da sociedade civil e a fomentar a autonomia das pessoas com deficiência. Segundo Wenderson Santos e Olemar Guilherme Cunha (2022), a LBI passou a desconsiderar parcialmente pessoas com deficiência incapazes de exercer funções sociais, configurando essa Lei que coloca “apenas” as pessoas com deficiência menores de 2016 como incapazes de ter uma completa autonomia, bem como a concepção parcial de discernimento das pessoas com “deficiência mental”.

2.1 Interseccionalidades da violência de gênero e o capacitismo

A violência se reverbera nas relações sociais de forma muito vasta, quando as relações de poder colocam as minorias sociais em subalternidades e geram as relações de opressor e oprimido. Segundo Quijano, (2000) as relações de dominação são baseadas nas ideias eurocêtricas e colonialidade do poder, que inferiorizam grupos minoritários pelas diferenças culturais, étnico-raciais, gênero e classe social. Dessa forma, os sistemas de dominação buscam colocar hierarquicamente, uma suposta hegemonia social, para que prevaleçam seus interesses político-sociais e econômicos, com resultados nas desigualdades sociais e violência. Quando a violência tem o recorte de gênero, há vários aspectos passíveis de serem analisados e investigados. Saffioti (2015) define violência como qualquer sinal de descaracterização de integridades físicas, psicológicas, sexuais, morais.

A violência de gênero é alimentada de forma incisiva pelos sistemas de dominação que norteiam nossas formas de existências, o sistema capitalista e o patriarcado. Estas são ferramentas de base das desigualdades sociais. O conceito de violência de gênero, desenvolvido por Saffioti e Suelly Carneiro em 1995, contempla as violências exercidas em espaços públicos ou privados e que contempla a Lei Maria da Penha. Entretanto a violência de gênero não contempla apenas à violência ligada a mulher, mas também contempla pessoas LGBTQIA+, como por exemplo homens gays que encontram em situação de violência, seja em ambiente doméstico ou nas esferas trabalhistas. Segundo Gregori (2008) a violência de gênero não se limita apenas a compreender a vitimização da mulher enquanto seres

fragilizados e dominados, mas engloba a possibilidade de que mulheres podem se compreender enquanto capazes de se livrarem das amarras discriminatórias e assumir posturas e práticas libertárias que quebram os estereótipos dos seus papéis sociais. As relações de violência de gênero podem ter relações de poder distintas, como: raciais, de classe, ascensão social e de deficiência (Debert e Gregori, 2008). As perspectivas da violência de gênero deixam também em evidência outros aspectos socioculturais, como exemplo as questões de deficiência.

Para Silveira (2010), a denominação de gênero surge para romper as definições e se diferenciar do que é “sexo”, quebrando os estigmas dos papéis sociais firmados pelos estereótipos do que é ser mulher e ser homem, mas não se limita apenas a esta distinção. É uma ferramenta de compreensão de todas as relações sociais, em que a dominação masculina faz parte do processo de socialização, formador das subjetividades, individualidades, comportamentos e identidades dos indivíduos, em torno do patriarcado, enquanto um sistema de dominação.

Em paralelo às questões de gênero e da deficiência, encontra-se a urgência das mulheres deficias e cuidadoras de pessoas deficias, em pautar a condição de uma dupla vulnerabilidade em que estas se encontram em sociedades permeadas pela violência, em decorrência da desigualdade de gênero e do capacitismo. Nesse contexto, Anahí Guedes de Mello (2016) sustenta que as mulheres com deficiência enfrentam uma maior vulnerabilidade social, em relação aos homens deficias, em decorrência aos valores patriarcais dominantes. Segundo a autora, a vulnerabilidade se torna ainda mais contundente quando associada aos marcadores étnico-raciais, classe, orientação sexual, região e outros. As críticas feministas argumentam que as experiências vividas por mulheres com deficiência ou mulheres cuidadoras eram diferentes e desiguais das que homens com deficiência viviam, deixando nítido que há opressões que necessitam da interseccionalidade para tratar de pautas que estão interligadas (Collins, P; Bilge, S; 2016).

A fusão entre os marcadores sociais e identitários é um debate travado por Kimberlé Crenshaw, que dá voz ao conceito de interseccionalidade. Crenshaw também traz a urgência da interseccionalidade para investigar a união das estruturas para promover vias duplas de opressão. Ela traz suas percepções de acordo com o propósito das categorias do feminismo, como o feminismo negro, ao identificar que as pautas do feminismo branco não contemplam as especificidades do movimento feminista branco. Carla Akotirene (2019) argumenta sobre a relevância dessa abordagem que centraliza as mulheres negras na sociedade brasileira, e da instrumentalidade dessa referência para pensar a nossa realidade. Seguindo a sua apropriação do

conceito originalmente cunhado por Crenshaw, emprego interseccionalidade nessa pesquisa para compreender as mulheres deficias como uma minorias que compartilha de várias vias de opressão relacionadas à classe, a raça e a sexualidade e que essas vias de opressão precisam ser consideradas de forma inter-relacionada.

Os debates de gênero, deficiência e cuidado, passam a ser tratados pelas teóricas feministas, ao identificarem 3 eixos norteadores para esses debates, conforme Mello e Nuerneberg (2012) descrevem: 1) a desnaturalização dos corpo, a dimensão identitária do corpo e a ética feminista da deficiência e do cuidado. A experiência subjetiva do corpo lesado, ressignifica a experiências de transcendência do corpo, para as vivências de dor que mulheres deficias experienciam ao viver em “corpos lesionados”. Foi o movimento feminista que trouxe a importância de tratar e discutir as dores de viver e de cuidar, sob corpos deficias. Akotterine (2019) traz a urgência de tratar e dar voz à interseccionalidade.

O termo define debates referentes ao feminismo negro frente às opressões da nossa sociedade “cisheteropatriarcal” branca, desmistificando a ideia de um feminismo branco hegemônico e global. Torna-se essencial entender como os debates de gênero, etno-raciais e deficiência, se relacionam e deixam postas marcas em decorrência destas, assim lidando com vias duplas de opressão. Através da interseccionalidade, Kimberlé Crenshaw nos mostra que é perceptível o conflito das estruturas, ao expandir os debates de gênero e de raça, trazendo a compreensão de que o movimento feminista, muitas vezes se tornou unilateral, ao deixar escapar pautas muito peculiares e identitárias às mulheres pretas, totalizando a compreensão de que o feminismo das mulheres brancas, não consegue entender algumas questões, pois mulheres pretas experenciam histórias e subjetividades, muitas vezes, diferentes das vivências das mulheres brancas, e de homens pretos, o que levou a mulheres pretas a pautarem a importância do feminismo negro, respaldando suas especificidades.

Pensando nas interseccionalidades ao identificar a catalogação dos perfis das mulheres expostas às violências, é necessário pautar que a violência se perpetua de forma muito vasta quando os marcadores sociais estão ligados às identidades etno-raciais. Lugones (2014) traz reflexões ao que ela vai conceituar como colonialidade de gênero, como um processo que invisibiliza e desumaniza mulheres pretas, indígenas, que enquanto mulheres colonizadas torna-se um ser vazio, indigno de ser considerado mulher, como as mulheres puramente brancas. Segundo Quijano (2010), o sistema capitalista institui hierarquicamente seres “superiores” e “inferiores”, com base em suas identidades etno-raciais para que se legitime a referência fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo. Por isso é necessário entender que os processos “civilizatórios” em que mulheres pretas ou

“colonizadas” se inserem, se diferencia dos processos em que mulheres brancas experienciam.

Lugones (2014) salienta que eles se diferenciam porque enquanto mulheres brancas, apesar de estarem em situação de opressão, eram vistas enquanto o “corpo puro” para reproduzir os interesses do capital com sua pureza sexual europeia. Se a mulher branca era o ser dócil que estava sempre atrelada ao lar para servir aos interesses do homem branco, as mulheres pretas tinham seus corpos violentados, sexualmente e fisicamente, de forma cruel, a fim de servir ao colonizador e satisfazer seus desejos sexuais, ao mesmo tempo que este mesmo corpo era casa para a criação das crianças brancas, a exemplo do ato de alimentá-las seus próprios leite maternos. De acordo com dados do IBGE (2014) 54% da população brasileira é de pessoas pretas e 27,8% é representada por mulheres pretas. A interseccionalidade mostra a suma importância de para as investigações teórico-metodológicas, tendo em vista estudos sobre violência de gênero e capacitismo, respaldando e salientando que as formas de opressão são variadas e específicas, dependendo do contexto social em que se encontra. A experiência de gênero não se desassocia de raça/etnia, classe, deficiência, sexualidade etc. merecendo uma abordagem interseccional no campo de estudos da violência de gênero.

O movimento feminista foi fundamental para que os debates sobre deficiência tivessem visibilidade. As pesquisadoras feministas que pautaram a crítica ao modelo social da deficiência, eram também cuidadoras de pessoas com deficiência ou mulheres com deficiência. A partir dessas pautas de deficiência em vigência, o gênero se torna uma categoria que pode ser investigada de diversas maneiras e observando suas reais necessidades. As experiências das mulheres deficiadas surgem com a perspectiva do que é estar vivendo num corpo com deficiência, em uma sociedade completamente desigual. O debate também atravessa a discussão sobre o cuidado e como as mulheres cuidadoras também lidam com as questões da deficiência. Segundo Raquel Guimarães (2010) o cuidado acaba por ser ligado ao gênero feminino, pois o ato de cuidar das pessoas deficiadas é realizado por mulheres e quando a figura feminina se encontra em ausência para exercer esta função, a responsabilidade de cuidar fica sob responsabilidade do Estado. Entretanto, a prática de oferecer e receber cuidado, não deveria estar associada a um papel social ligado ao gênero feminino, fazendo com que isso gere uma carga excessiva para este grupo. A responsabilidade do cuidado deve ser assegurada pelo Estado, de modo com que haja políticas efetivas que visualizem os contextos específicos da deficiência, para além dos corpos com deficiência. Assim, a prática do cuidado não atribui uma sobrecarga apenas às mulheres cuidadoras (NUSSBAUM, 2010). Seja quando associado a família cuidadora ou às cuidadoras profissionais da saúde que são vistas como o tipo ideal

para cuidar. As perspectivas feministas descrevem que a violência contra mulheres com deficiência é parte da questão maior que envolve a violência contra pessoas com deficiência em geral e inclui a violência cometida com força física, compulsão legal, coerção econômica, intimidação, manipulação psicológica, fraude e desinformação, e na qual a falta de consentimento livre e informado é um indispensável componente analítico. A violência também pode incluir omissões, tais como negligência deliberada ou falta de respeito, assim como excessos que machucam a integridade do corpo e/ou da mente de uma pessoa.

3. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DEFICIAS

O banco de dados é composto por 14 escritos, sendo eles 13 resultados de pesquisas empíricas e 1 resultado de pesquisas bibliográficas, considerando o recorte temporal entre os anos de 2011 e 2022. A metodologia empregada para compor o banco de dados foi a busca direta no através de busca no portal de periódicos da Capes. Houve também uma busca na plataforma Scielo, onde foram encontrados as mesmas publicações. Ao localizar os artigos, foram incluídas também dissertações e monografias citadas nos artigos selecionados, disponíveis nos repositórios institucionais das Universidades onde as pesquisas foram realizadas. Essa busca tem o objetivo de identificar pesquisas que propõem a realização de coleta de dados empíricos no território brasileiro. Essa escolha responde ao objetivo de observar quais as metodologias foram empregadas para abordar o tema e de privilegiar pesquisas que possam dialogar com os dois importantes marcos legais apresentados no capítulo anterior, a Lei Maria da Penha e a Lei Brasileira de Inclusão.

Os trabalhos foram localizados através das palavras chave: violência, gênero, deficiência, vulnerabilidade, mulheres e capacitismo. Inicialmente, ao buscar por: Gênero; violência; deficiência; vulnerabilidade; aparecem apenas 7 artigos, entre eles, alguns realizados fora do Brasil e também pesquisas, mais amplas sobre pessoas com deficiência, enfocando a violência contra crianças e adolescentes. Ao ampliar as palavras chaves para: mulheres; violência; vulnerabilidade; capacitismo, aparecem mais 8 artigos com as mesmas características da primeira busca. Na última checagem foram utilizadas as palavras chaves: Mulheres; vulnerabilidade; deficiência; e aparecem 41 resultados. Dessa vez aparecem artigos variados, que tratam sobre violência contra mulheres com deficiência, mas também constata-se um número alto de violências que não são referentes à mulheres com deficiência. Aparecem também muitos artigos em localidades fora do Brasil. Foi adotado como critério de inclusão trabalhos que fossem publicados no Brasil, a fim de compreender como se dá o avanço acadêmico da temática no país.

No mapeamento das pesquisas, foram selecionadas produções que contemplam o tema de violência contra mulheres com deficiência, em função da vulnerabilidade, podendo ser abrangentes ou ter o tipo de violência e deficiência especificadas. Foram excluídos também artigos que tratavam da violência contra pessoas com deficiência, que não faziam o recorte de quais eram as pessoas que mais estavam sendo violentadas, como por exemplo o recorte de gênero. Com a delimitação do recorte temporal, ficaram 14 trabalhos que tratam da referida

temática e que melhor contempla as análises que aqui são realizadas. Para a seleção foram lidos os resumos dos trabalhos, a modo de entender o que a pesquisa atendia os requisitos de análises dos dados que outrora foram debruçados, para auxiliar a produção desta monografia.

Esta pesquisa tem como finalidade compreender como a vulnerabilidade, subsidia a violência que se insere no cotidiano das vidas das mulheres com deficiência, no contexto em que, segundo a convenção dos direitos da pessoa com deficiência (CDPD, 2009) torna público que mulheres com deficiência estão mais vulneráveis a serem vítimas de violência.

Dentre os trabalhos analisados, a maioria é de pesquisas empíricas. A maioria das pesquisas empíricas têm a primeira etapa da recolha de dados a partir de um suporte teórico e em seguida parte para entrevistas estruturadas ou semi estruturadas com os sujeitos de pesquisa, utilizando os métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos. O método quantitativo se fazia presente para quantificar os marcadores dos perfis femininos, como por exemplo: idade, raça/etnia/classe social, escolaridade, se cuidadoras de pessoas com deficiência ou mulheres com deficiência. Já as análises qualitativas ficam responsáveis pelo desenvolvimento das compreensões que correspondem às subjetividades e individualidades, acerca das vulnerabilidades em situações que geram violência.

3.1 Panorama das Pesquisas entre 2011 e 2022

As pesquisas serão evidenciadas neste tópico, em formato de quadros, a fim fornecer informações básicas para contextualização da análise realizada. Ambas organizam-se considerando o ano de publicação, sendo o primeiro quatro a destacar os títulos das pesquisas e as palavras-chave e o segundo evidenciando a autoria e o resumo dessas publicações.

Quadro 1 - Organização dos Títulos e palavras chave por ano

| Ano | Título | Palavras Chave |
|------|--|---|
| 2011 | Vulnerabilidade de mulheres com deficiência que sofrem violência | Mulheres com deficiência; vulnerabilidade; deficiência mental e gênero; |
| 2013 | Constituindo-se sujeito na intersecção gênero e deficiência: relato de pesquisa | Gênero; deficiência e Vulnerabilidade; |
| 2013 | Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. | Gênero; Pessoas com deficiência; Atenção Integral à Saúde; Saúde da mulher; Atenção Primária; Vulnerabilidade |
| 2014 | Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência | Capacitismo; Gênero; Violência |
| 2015 | Deficiência mental: violência sexual e aborto legal | Deficiência mental; violência sexual e aborto legal |

| | | |
|------|---|---|
| 2016 | Deficiência física e violências cotidianas: experiências de mulheres | Deficiência física, gênero e violência contra a mulher; |
| 2016 | Deficiência, Incapacidade e Vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. | Ética em Pesquisa; Deficiência, Incapacidade; Vulnerabilidade; |
| 2020 | As deusas nos protejam nessas novas cruzadas: Anahi Guedes de Mello, anticapacitismo feminista desde o sul global: Entrevista; | Violência, Capacitismo; Mulheres |
| 2020 | Da violência sexual e outras ofensas contra a mulher com deficiência | Avaliação da Deficiência; Violência de Gênero e Direitos Humanos; |
| 2020 | Violência Sexual contra mulher com Deficiência: Revisão de Literatura. | Mulher; Violência Sexual; Pessoa com Deficiência |
| 2020 | Desigualdade de Gênero e Vulnerabilidade das mulheres com Deficiência. | Mulher, Gênero, Desigualdade e Vulnerabilidade |
| 2021 | Crianças e Adolescentes com Deficiência em situação de violência: cruzamento de conectores sociais | Criança e Adolescente; Deficiência e Violência; |
| 2021 | Casos de violência contra pessoas com Deficiência notificados por Serviços de Saúde Brasileiros entre 2011-2017. | Violência; Pessoa com Deficiência; Notificação; Sistema de Informação em Saúde; Epidemiologia Descritiva; |
| 2022 | Mulheres com Deficiência vivendo em contexto rural: situações de vulnerabilidade e proteção. | Pessoas com deficiência; Vulnerabilidade em Saúde; Gênero; Saúde da Mulher; População rural; |

Quadro 2 - Detalhamento dos Autores e Resumos das Pesquisas

| Autores | Resumo |
|--------------------|--|
| ALMEIDA, H.J.L. | Esta monografia tem como objetivo compreender as condições de vulnerabilidade de mulheres com deficiência vítimas de violência. Realizou-se um estudo de caso nos processos disponíveis no Núcleo de Gênero Pró-Mulher, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e como estratégia de pesquisa utilizou-se o método quantitativo com o intuito de catalogar o perfil de mulheres com deficiência que são vítimas de violência, e o método qualitativo com a finalidade de compreender com mais profundidade o contexto em que vivem essas mulheres, com base nas técnicas de estudo de caso. Nesse estudo, constatou-se que essas mulheres estão mais sujeitas às incidências de abusos e maus-tratos. Os dados analisados comprovam que mulheres com deficiência, em especial aquelas com deficiência mental, são mais vulneráveis a sofrer abusos, maus-tratos e negligência por parte dos agressores, familiares e profissionais. Aquelas que têm um vínculo afetivo com o agressor costumam ter também uma dependência financeira deles, pois os agressores são os curadores do recurso assistencial recebido por elas, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que dificulta a saída dessas mulheres das situações de risco e as torna mais vulneráveis. Assim, esta pesquisa contribui para tornar visível ao Estado e à sociedade o fato de que as mulheres deficientes são vítimas de violência não só baseada na deficiência, mas também na condição de gênero. |

| | |
|---|--|
| <p>GESSER, M.; NUEREMBERG, A. H.; TONELLI, M. J. F.</p> | <p>O objetivo desta pesquisa consistiu em compreender o processo de constituição de mulheres com deficiência física, com ênfase na intersecção das questões de gênero com a deficiência. Os sujeitos da pesquisa foram oito mulheres com deficiência física, integrantes de um grupo de mulheres organizado em uma associação de pessoas com deficiência física. As informações foram coletadas por meio de entrevistas em profundidade e analisadas com base no método de análise de discurso. Os referenciais teóricos utilizados foram a Psicologia Histórico-Cultural, os estudos de gênero e o modelo social da deficiência. Os resultados indicaram que gênero e deficiência são categorias que se interseccionam por meio dos processos de corporeidade, trabalho e maternidade, os quais são marcados pela violência. Destaca-se a relevância de se considerar gênero e deficiência como categorias de análise nas pesquisas e intervenções em psicologia e demais áreas de conhecimento.</p> |
| <p>NICOLAU, S. M.; SCHRAIBER, L. B.; AYRES, J. R. C.;</p> | <p>Mulheres com deficiência contam com ações inexpressivas nos serviços de atenção básica em saúde, que embora historicamente privilegiam a clientela feminina, pouco reconhecem os aspectos relativos aos direitos sexuais e reprodutivos e à dupla vulnerabilidade que as acometem por serem mulheres e portarem deficiências. Este estudo é parte de uma pesquisa qualitativa que objetiva identificar dimensões individuais, sociais e programáticas da dupla vulnerabilidade de quinze mulheres com diferentes tipos e graus de deficiência, usuárias de três serviços de atenção básica em saúde na cidade de São Paulo. Destacam-se em suas narrativas vivências de rejeição ou superproteção familiar, dificuldades em adquirir equipamentos para sua autonomia, pouco investimento no estudo e na qualificação profissional, menor participação social, obstáculos à vivência da sexualidade e da maternidade, falta de acessibilidade física, comunicacional e atitudes pouco receptivas nos serviços de saúde, caracterizando total vulnerabilidade. Problematizá-la possibilita a construção de práticas integrais de saúde que incorporem a dimensão dos direitos humanos de grupos que historicamente experimentam a violação dos mesmos: mulheres e pessoas com deficiência.</p> |
| <p>MELLO, A. G.</p> | <p>Estudos sobre violências contra mulheres com deficiência são, geralmente, mais restritos por exigirem conscientização para a abordagem conjunta entre gênero, deficiência e violência. As poucas produções no campo dos Estudos sobre Deficiência que versam sobre o tema afirmam que as explicações atuais sobre violência de gênero e deficiência são insuficientes para avaliar as várias situações que levam as mulheres com deficiência a experienciar formas de violência. O objetivo geral da pesquisa foi fazer uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. A pesquisa de campo envolveu a articulação entre vários campos teóricos e de pesquisa, inclusive da análise de narrativas de três mulheres com deficiência física na cidade de Belo Horizonte. O eixo central se baseia na articulação entre as teorias feministas, queer e crip, tendo como eixo o campo das violências contra mulheres com deficiência, considerando, sobretudo, o potencial de uso de categorias de articulação e de interseccionalidades como gênero, deficiência, capacitismo, violência e cuidado. Como categoria múltipla e relacional, as violências contra mulheres com deficiência também devem abranger uma pluralidade de componentes sociais e de contextos socioculturais atravessados por relações de poder imbricadas entre si. A depender do contexto social, as violências contra mulheres com deficiência ora são uma expressão das relações de gênero, ora são motivadas pela condição de deficiência ou, ainda, são o produto da polarização entre as categorias de gênero e deficiência e suas interfaces analíticas.</p> |
| <p>SANTOS, L. V.</p> | <p>Esse estudo analisou prontuários de mulheres com deficiência mental que sofreram violência sexual e fizeram um aborto legal no período de um ano, entre 2012 e 2013 no Hospital Pérola Byington – São Paulo, totalizando treze prontuários. Foi realizada uma pesquisa qualitativa documental e descritiva de caráter local com dados encontrados em documentos dos prontuários de mulheres com deficiência mental vítimas de violência, como termos e autorizações legais necessários para a realização do aborto legal, boletins de ocorrência policial e relatórios psicossociais. Foram analisados registros da equipe de saúde referentes à gravidez e ao aborto legal, como os procedimentos utilizados para a realização da interrupção da gestação, tempo de internação e idade gestacional. Foram analisados também aspectos relacionados à violência sexual sofrida pelas mulheres com deficiência mental, os seus agressores, o local e frequência da violência. As mulheres violentadas eram pobres e jovens e, em relação ao aborto legal, apresentaram uma idade gestacional próxima do limite de semanas previsto em lei. Os procedimentos para indução utilizados foram o misoprostol em nove casos e AMIU em quatro casos, com um período de internação com média de três dias. A decisão em relação ao aborto legal foi tomada pelas responsáveis legais pelas mulheres com deficiência mental. As pessoas responsáveis por essas mulheres e seus cuidados eram também mulheres, evidenciando uma questão da naturalização do cuidado como uma tarefa privada e feminina. Percebe-se, assim, a necessidade do aumento de investimentos em iniciativas protetivas e em pesquisas na área de violência sexual e deficiência mental.</p> |

| | |
|--------------------------|---|
| <p>GELAIN, D. G.</p> | <p>As mulheres com deficiência física são um grupo vulnerável a sofrer violências. O objetivo geral dessa pesquisa foi investigar como mulheres com deficiência física vivenciam violências cotidianas nos âmbitos pessoais, familiares e sociais, a partir de uma perspectiva de gênero e feminista. Para tanto, são apresentadas as dimensões corporal, relacional e identitária das experiências dessas mulheres e as formas como violências cotidianas e preconceitos são vividos nessas áreas. As participantes da pesquisa foram quatro mulheres com deficiência física, com idades entre 20 a 50 anos, recrutadas através da rede de contatos da mestranda, envio de e-mails de divulgação da pesquisa e indicações das próprias entrevistadas. As informações foram coletadas por meio de entrevistas individuais semiestruturadas e analisadas com base na metodologia de análise de conteúdo. As categorias temáticas discutidas foram: Percepções de si e de sua vida; Vivências da corporeidade e da sexualidade; Experiências relacionais; Interações com o contexto social; Preconceitos e violências cotidianas. Utilizou-se uma perspectiva de gênero e feminista em diálogo com o modelo social da deficiência. Constatou-se que diversos aspectos têm impacto sobre as experiências das mulheres entrevistadas: a força de valores como magreza e beleza, mediados por discursos médicos e midiáticos; as opressões, os mitos e as negações ligadas à sexualidade; as dificuldades que os próprios familiares têm de aceitar, acolher e lidar com as diferenças; a desproteção e invisibilidade a que estão sujeitas as mulheres com deficiência no contexto social; a falta de acessibilidade que limita suas vivências e desenvolvimento de potencialidades; a participação em grupos de pessoas com deficiência; presença de preconceitos e violências cotidianas. Dependendo do contexto, diferentes formas de violência se delinearam nas vivências das mulheres com deficiência física entrevistadas. Os depoimentos das participantes nos levou a concluir que podemos considerar como alguns possíveis impactos das violências cotidianas, nomeadas dessa forma ou não, os seguintes comportamentos e sentimentos: dificuldade de aceitação, humilhação, sentimento de exclusão, vergonha do corpo, revolta, tristeza, decepção, desânimo, falta de motivação, impotência e sensação de rejeição na relação com outras pessoas. De maneira geral, os preconceitos e as violências cotidianas deixaram uma marca emocional nas mulheres entrevistadas. Constataram-se também algumas pré-concepções e preconceitos acerca do que é socialmente esperado no que concerne à participação de mulheres com deficiência física em contextos sociais. Mesmo não intencionalmente, as mulheres com deficiência física entrevistadas desafiaram algumas dessas expectativas e barreiras. A produção de mais conhecimento acerca dessas e outras dimensões das experiências de vida dessas mulheres pode contribuir para melhorar as condições de vida desse grupo minoritário.</p> |
| <p>MELLO, A. G.</p> | <p>A Antropologia cada vez mais tem questionado a hegemonia dos saberes biomédicos nos processos de revisão ética de projetos de pesquisa social atualmente vigente no Brasil, regulado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos de cada instituição sob os auspícios da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), através da Resolução nº 196/1996 até então vigente no momento dessa pesquisa de campo. O objetivo deste trabalho é relatar e refletir sobre os percalços enfrentados para conseguir a aprovação, durante o ano de 2012, de meu projeto de pesquisa de mestrado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEP/UFSC), em Florianópolis. Nessa experiência etnográfica observei, à luz da teoria crip, como se articulam as categorias 'deficiência', 'vulnerabilidade' e 'incapacidade' para revelar o capacitismo e a primazia do</p> |
| | <p>modelo biomédico dessa instância local reguladora da ética em pesquisa na UFSC quanto à participação e capacidade legal das pessoas com deficiência como sujeitos da pesquisa.</p> |
| <p>MELLO, A.G.</p> | <p>O artigo apresenta uma entrevista comentada que guia o percurso pela obra de Anahí Guedes de Mello, antropóloga brasileira e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED) da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil) e do Instituto de Bioética "Anis". Assinala que como pesquisadora, ativista, antropóloga, feminista, surda, lésbica e referente dos Estudos Críticos da Deficiência na América Latina, seus principais aportes apontam à necessidade de reconhecer o capacitismo como categoria interseccional que frequentemente gera violências dirigidas às pessoas com deficiência.</p> |

| | |
|--|---|
| <p>PASSOS, R.L.; TELLES, F.S.P.; OLIVEIRA, M.H.B.;</p> | <p>O ensaio teve como objetivo analisar dois parâmetros que sustentam a violência no Brasil: ser mulher e com deficiência. Discute-se a forma de como a deficiência potencializa a invisibilidade social das mulheres. O referencial teórico está nos campos da violência de gênero e da deficiência, nos conceitos de feminicídio, no campo de deficiências e seus modelos e da acessibilidade atitudinal e invisibilidade. A discussão, em revisão de literatura de caráter interdisciplinar, desenvolve-se sob os conceitos de invisibilidade sociojurídica e de discriminação. Os diplomas normativos sobre o tema e sobre a realidade são analisados nas seguintes perspectivas: invisibilidade sociojurídica, intangibilidade na saúde pública, ausência e exclusão. Conclui-se que a violência contra a mulher com deficiência é mais invisibilizada no âmbito sociojurídico, considerando que tanto o gênero quanto a deficiência a potencializam e criam a necessidade de políticas públicas para debelar grave violação aos direitos humanos.</p> |
| <p>SILVA, N. C.</p> | <p>Esse estudo trata-se de uma revisão da literatura acerca da violência sexual contra a mulher com deficiência. De acordo com estatísticas nacionais, uma em cada três mulheres corre o risco de ser vítima de violência sexual durante sua vida. A violência é uma situação complexa, em qualquer cenário que se manifeste: familiar, social, mundial. Ao falarmos de violência contra as mulheres e neste caso particular, aquela violência dirigida contra as mulheres deficientes. Precisamos refletir a verdadeira dimensão e as implicações pessoais e sociais deste problema mundial. O objetivo desse trabalho é discutir o fenômeno da violência sexual e sua relação com a deficiência. Dirigimos o foco especificamente ao grupo social constituído pelas mulheres com deficiência por causa de sua vulnerabilidade ao abuso sexual, tema ainda pouco explorado e debatido na literatura. Utilizou-se para a pesquisa as bases de dados Lilacs e Scielo. Foi definido como critério de inclusão artigos que tratassem exclusivamente do tema e foram publicados entre os anos de 2006 à 2019. A ausência de maior número de fontes de informação sobre casos de violência contra pessoas com deficiência é um desafio para conhecer o tamanho real do problema.</p> |
| <p>NOGUEIRA, L. S.</p> | <p>O objetivo do presente trabalho é, a partir de revisão bibliográfica somada à análise de dados, identificar em que medida a deficiência acaba por colocar a mulher nessa condição em uma situação de dupla vulnerabilidade (em razão do gênero e da deficiência). Para tanto foram analisados os conceitos de gênero e desigualdade de gênero, bem como as origens da violência que decorre dessa desigualdade. Posteriormente realizou-se uma breve análise acerca da noção legal de pessoa com deficiência e da situação das mulheres que possuem algum tipo de deficiência. Por fim, através da observação de dados estatísticos acerca do número de pessoas com deficiência e dos tipos de violência mais comumente sofridos por elas, bem como dos gêneros das vítimas, foi possível perceber que a mulher com deficiência se encontra em situação de maior vulnerabilidade em relação a outras mulheres no que tange à violência doméstica e/ou de gênero, com maior probabilidade de vir a ser vítima em algum momento de sua vida.</p> |
| <p>MOREIRA, L. C.; MOURO, F. R. D</p> | <p>O artigo objetiva discutir as vulnerabilidades e exclusões vivenciadas por crianças e adolescentes com deficiência, assim como analisar as condições dessa população no que se refere às situações de violência, sobretudo, a intrafamiliar. Sendo assim, deficiência e violência, e seus conectores sociais, são focos deste artigo. O estudo se apoia na abordagem qualitativa com perspectiva descritivo-analítica, recorrendo às fontes documentais constantes em sítios públicos, censos educacionais e relatórios institucionais das secretarias municipais de assistência social dos municípios em estudo; esses últimos dados, por sua vez, caracterizam-se como fontes primárias de pesquisa. O locus de análise ocorreu em dois municípios paranaenses, pertencentes à região metropolitana de Curitiba/PR, entre os anos de 2015 e 2021. Os dados mapearam situações de agressões e maus-tratos, e permitiram a análise cruzada das categorias: situação econômica das famílias e gênero. Dentre os resultados encontrados, destacam-se: a relação entre as precárias condições socioeconômicas das famílias e a deficiência; o quanto as crianças e adolescentes com deficiência experimentam taxas mais altas de violência, se comparadas com seus pares sem deficiência; quanto à questão de gênero, o município A revelou que 79,66% da violência se deu para o gênero feminino, já o município B</p> |
| | <p>observou-se que 75% dos casos de violência foram contra o gênero masculino. As conclusões apontam para a necessidade do adensamento de estudos sobre deficiência e violência com relação a outros conectores sociais; a importância da ampliação da rede de apoio às famílias e da formação qualificada de profissionais da saúde e da educação, enquanto política pública.</p> |

| | |
|--|--|
| <p>MELLO, N. F.; PEREIRA, É.L.; PEREIRA, V. O. M.; SANTOS, L. M. P;</p> | <p>Objetivo: Descrever os casos de violência contra pessoas com deficiência notificados por serviços de saúde brasileiros, em 2011-2017. Métodos: Estudo descritivo de dados secundários das notificações de violência contra pessoas com deficiência no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Resultados: Foram registrados 116.219 casos de violência contra pessoas com deficiência no período. A maioria das vítimas era do sexo feminino (67%), branca (50,7%), na idade de 20 a 59 anos (61,6%), com deficiência mental (58,1%), sendo frequente a ocorrência de múltipla deficiência (15,9%), especialmente mental e intelectual. A violência autoprovocada correspondeu a 44,5% das notificações, enquanto a violência física foi a mais notificada (51,6%); em 36,5% das notificações, o provável agressor era um membro da família. Conclusão: A descrição dos casos de violência contra pessoas com deficiência, notificados por serviços de saúde brasileiros, pode contribuir para a formulação e aprimoramento de políticas públicas voltadas a esse importante problema.</p> |
| <p>MISSIO, M.; BASTOS, S.E. ; ARBOIT, J.; COCCO, C.M.; PUPIARA F.C. A. ; CARMO, J.A.</p> | <p>Objetivo: analisar as situações de vulnerabilidade e de proteção vivenciadas por mulheres com deficiência em contexto rural. Método: estudo qualitativo, descritivo e exploratório, realizado com dez mulheres com deficiência residentes em áreas rurais de cinco municípios das regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul, Brasil. As entrevistas ocorreram nos domicílios nos meses de janeiro a junho de 2019. O material empírico foi gravado, transcrito e submetido à análise temática de conteúdo. Resultados: as vulnerabilidades desveladas foram: restrições de responsabilidade, educação, trabalho, renda, autonomia e benefício social. Quanto às condições potencializadoras de proteção às vulnerabilidades, observaram-se vínculos fortes com a Estratégia Saúde da Família Rural e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e recebimento do Benefício de Prestação Continuada.</p> |

Faço a seguir algumas considerações gerais sobre essas pesquisas. No primeiro estudo encontrado, Harayama (2011) constata que a violência é uma realidade para as mulheres, independente do acréscimo do marcador deficiência, porém o não reconhecimento do Estado, junto de sua omissão, corrobora com as práticas de violência da sociedade, perante corpos de mulheres com deficiência, ao não garantir proteção e efetivar políticas públicas que contemplem os direitos humanos, para que não resplandeça as mazelas das desigualdades e exclusão de mulheres. Mostra também que mulheres com deficiência intelectual não têm autoridade ou voz ao relatar os abusos sofridos por elas, por isso os atos que constituem um crime à integridade humana não são vistos ou notados pelo Estado e portanto não geram fatos ou evidências que permitam o desenvolvimento de formas de acolhimento a estas vítimas. Dessa abordagem se desdobra o reconhecimento de pesquisas sobre a temática da violência contra as mulheres com deficiência intelectual, mas que não foram contempladas nesse trabalho porque as palavras chave empregadas pelo autor invisibilizam essa experiência das mulheres deficias (Simões, 2019; Simões 2020).

Nos dois estudos de 2013 (Gesser, Nueremberg e Tonelli, 2013; Nicolau, Schreiber e Mesquista, 2013) ficam evidentes que as relações de gênero e deficiência são categorias que se interseccionam nas dimensões da corporeidade e que geram violências e vulnerabilidades. Constata-se também que as mulheres entrevistadas tiveram suas trajetórias e desenvolvimento individual marcados pela infantilização e pela incapacidade de tomar decisões e elas tinham limitações do acesso de ir e vir e viveram situações de isolamento em espaços sociais.

Permite-se também visualizar que a identificação das diferentes dimensões da vulnerabilidade na experiência cotidiana dessas mulheres permite uma ampliação do nosso olhar para além de demandas relativas a alterações morfofuncionais de seus corpos.

Mello (2014) mostra que a violência contra mulheres com deficiência, resultados das relações de desigualdade de gênero são também motivadas pela condição da deficiência. Resulta da polarização entre as categorias de gênero e deficiência e suas interfaces que o problema da violência é tratado de forma isolada e não com a interseccionalidade do gênero, tendo soluções insuficientes. De acordo com os resultados da autora, as mulheres com deficiência têm dificuldades de acessar os serviços de denúncia e de assistência às mulheres em situação de violência devido à falta de acessibilidade nesses espaços. Ela mostra também que o engajamento militante também pode ser uma forma de reciprocidade com os grupos sociais estudados e que a antropologia permite um deslocamento na visão de mundo, relacionando as percepções individuais com as percepções de pesquisa e acadêmicas.

A pesquisa do ano de Vilela (2015) mostra que as mulheres com deficiência intelectual vítimas da violência não estão dentro do isolamento social por suas condições corporais, mas porque a sociedade lhes impõe esse isolamento, por não ter parâmetros de inclusão. Ressalta a necessidade de investimentos na proteção e nas pesquisas na área de violência sexual e das deficiências. Na perspectiva dessa autora, a escassez de informações sobre a violência contra as mulheres com deficiência é resultado da negação da existência de uma opressão específica, o que por sua vez reforça a situação de vulnerabilidade com a qual elas convivem.

O estudo de 2016 é da mesma pesquisadora e mulher deficiente, Anahi Guedes de Mello. Nesse texto ela observa que a dimensão identitária tem pontos de aproximação com a dimensão corporal. Na sua leitura, a abordagem identitária precisa levar em conta tanto a diversidade corporal quanto a existência de sentimentos e experiências próprias à corporalidade. Segundo sua análise, o capacitismo nega às pessoas com deficiência a capacidade de ser em vários âmbitos da vida social. A negação da sociedade em perceber a mulher com deficiência como uma mulher que tem uma individualidade, desejos e anseios próprios que ultrapassam a deficiência propriamente dita. Assim, a vulnerabilidade da mulher com deficiência precisa ser interconectada com sua experiência singular, considerando diferentes formas de preconceito e violência que delinearão e marcaram as suas vivências. Estima-se que durante o período de pandemia, houve um crescimento dos casos de violência, pois a maioria dos casos de violência parte da violência doméstica. A partir de 2020 esses casos começam a ter mais visibilidade. A falta de registros dos casos de violência contra pessoas com deficiência é um grande empecilho para que se consiga enxergar o real tamanho

do problema e propor soluções. Ficam em evidência os registros de violência sexual e a ausência de assistência a mulheres vítimas desse tipo de violência, pois não há investimentos do Estado para os órgãos públicos que fomentem a prevenção e para amparo das vítimas. Uma das soluções propostas é que o Estado garanta moradia e cuidadores para mulheres que precisem sair dos seus lares, que na maioria das vezes é o principal lugar das agressões. São pesquisas que chamam a atenção para o maior número de casos de violência registrados para as mulheres com deficiência mental, trazendo a tona a violência psicológica como inibidora da violência autoprovocada e o suicídio, porém parte das violências notificadas como autoprovocadas tem como suspeita de responsabilidade os responsáveis/cuidadores. A violência psicológica/moral e a violência sexual contra mulheres com deficiência tem o histórico de serem repetidas mais de uma vez. Uma das alternativas apontadas é do ensinamento nas escolas sobre violência de gênero, em nível básico e superior entre os estudantes das profissões que lidam com o público de pessoas com deficiência. .

Com as análises de 2022, compreende-se que não é possível desassociar a interseccionalidade da deficiência dos marcadores de desigualdade e opressão, a exemplo da classe, raça ou gênero. E os estudos decoloniais devem contribuir positivamente para que essas concepções proponham alternativas de enfrentamento às opressões eurocêntricas, que também ajudam o capacitismo a ter mais força. Nesse sentido, Missio (2022) mostra que a vulnerabilidade vivenciada por mulheres com deficiência está associada a falta de acesso à escolaridade, ao trabalho e renda, aos direitos, ao benefício assistencial e ao transporte público, e ao enfrentamento das barreiras ambientais e são decorrentes da ausência de políticas públicas de saúde, educação, trabalho, renda e lazer. Essa conjuntura retrata como a dinâmica colonial institui realidades com desafios particulares à experiência das mulheres com deficiência nos países do sul global.

3.2 A experiência das deficiências e as violências sofridas

A bibliografia nos mostra que a maioria dos casos de violência contra as pessoas com deficiência acontecem por vínculos próximos estabelecidos, tendo como maioria a violência doméstica. As violências evidenciadas nos escritos são: violência física, violência doméstica, violência sexual, violência psicológica e violência patrimonial. Dentro das investigações das pesquisas, uns dos interesses eram observar a de que lugar partiam as agressões, se eram de pessoas distantes, fora do convívio das vítimas ou se partiam de pessoas próximas, com relação de parentesco, amizade ou quaisquer vínculos sociais. Outro ponto importante a ser

analisado é se as vítimas buscavam lugares legítimos para denunciar seus agressores.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), sintetizados e publicados pelo G1, em 2019 foram registrados mais de 7,6 casos de violência contra pessoas com deficiência no Brasil. Destes dados (58,5%) ocorreu em casa, e as mulheres com qualquer tipo de deficiência são as principais vítimas. Nestes dados são evidenciados os tipos de violência que aparecem nos registros, os tipos de deficiência, quem são as principais vítimas. Os principais tipos de violência observados são os de violência sexual, psicológica, física, patrimonial. Entretanto, as mulheres com deficiência intelectual aparecem com a maior probabilidade de serem violentadas, estando em evidência a violência física e sexual. A deficiência intelectual gera uma maior condição de vulnerabilidade, pois as condições neurológicas são apresentadas de formas diferentes no meio social e tendem a ser negligenciadas ao serem associadas ao “abestalhamento” e a infantilização. As mulheres com deficiência intelectual não tem voz ao relatar as violências sofridas o Estado não legitima aparatos suficientes para essas vítimas.

A violência física é conceituada como qualquer tipo de abuso físico e atinge a integridade física dos indivíduos. Ela pode ser exercida a partir do uso de objetos que tenham o objetivo de ferir, como armas e facas, mas também pode ser realizada com a força do próprio corpo que realiza a violência. A violência psicológica geralmente antecede e é acompanhada das demais violências, ela causa danos psicológicos severos ou leves, pois ela é disseminada com palavras que remetem ao abuso de poder, a coerção e coação à vítima, ameaças, humilhação. A violência sexual acontece quando não há o consentimento da vítima para exercer qualquer ação que remeta direta e indiretamente ao corpo da vítima. É considerado como violência sexual qualquer ato de cunho sexual como assédios, estupros, importunação sexual, violação a exposição dos corpos que não estejam de acordo com tal. A violência patrimonial surge como qualquer abuso que vise controlar a retenção, destruição parcial ou total de seus objetos, documentos pessoais, bens, direitos ou recursos econômicos, podendo interferir no andamento da vida pessoal da vítima ou não, segundo a Lei Maria da Penha.

Em uma análise geral dos resultados das pesquisas, observo que alguns tipos de violência contra mulheres com deficiência não são imediatamente percebidos como violência por muitas vezes serem naturalizados e disfarçados pela moralidade que acomete a banalização da violência contra pessoas que são lidas como irrelevantes para a sociedade. Mello (2016) reforça os dados obtidos por Almeida (2011) no núcleo de gênero pró mulher do MPDFT, que tornam públicos a dupla vulnerabilidade das mulheres com deficiência, mas em especial a vulnerabilidade das mulheres com deficiência intelectual. Os processos judiciais ressaltam que

a violência por parte das famílias, com agressões e abandonos e o descaso estatal.

Outro dado que chama atenção no dados encontrados, é que em 2020, ano em que em que se deu o início do isolamento social, com o início da pandemia, o número de de violência sexual contra mulheres com deficiência foi de 86%, em relação ao número total de violência sexual contra pessoas com deficiência. 54% dessas mulheres vítimas de violência eram mulheres pretas. Em letras alarmantes, isso significa que todos os dias 7 mulheres com deficiência eram violentadas sexualmente, segundo dados do sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Como a maioria das violências acontece no âmbito doméstico e esses números aparecem no período pandêmico, estimo que o número de violência tenha sido ainda maior, pois as vítimas precisariam buscar ajuda online e seus agressores poderiam ter controle parcial das medidas a serem tomadas, pois os abusos sexuais são seguidos de abusos psicológicos. Os dados apontam que a principal motivação para os crimes era o sexismo, acompanhado da assimetria de poder, tendo em vista que a maioria dos agressores são os homens.

Em suma, os estudos evidenciam a falta do amparo do Estado para com as mulheres deficias vítimas de violência, tanto para os subsídios no âmbito familiar, onde ocorre a maioria das violências, quanto a efetivação do amparo legal às denúncias, quando são ocorridas. Nota-se a falta de preparação dos profissionais que deveriam garantir o apoio e a proteção a essas vítimas, mas a violência acaba por ser naturalizada e banalizada, quando não é reconhecida como crime, acabando por ser justificada pela própria leitura social que traz a insignificância da pessoa com deficiência.

Concentrando-se nas áreas de ciências humanas, saúde, direito, percebe-se que as pesquisas em torno da área de violência contra as mulheres deficias ainda são insuficientes para as problematizações estruturais que violentam estas mulheres e marcam fortemente suas histórias e experiências. No andamento da construção da pesquisa, muitas delas aparecem para tratar da deficiência em um aspecto geral, sem o recorte de gênero, tendo por liderança pesquisas na área da saúde, pois historicamente, a deficiência é vista enquanto um fator apenas de saúde. A pesquisa de cunho social, a partir das ciências humanas, precisa ser exercida e deve ser utilizada em contraposição à pesquisa biomédica, a partir do modelo social da deficiência, para compreender a deficiência enquanto um aspecto social, para que a ciência comece a girar em torno da deficiência não apenas sob a ótica biomédica, mas com o olhar da experiência social da deficiência (DINIZ, 2007).

O recorte temporal desta pesquisa é de 12 anos, um tempo significativo, que marca a pega o surgimento da Lei de inclusão (2015) e sucede a Lei Maria da Penha (2006), mas que

não nota uma grande movimentação no fomento das pesquisas referentes à violência contra as mulheres com deficiência. Fica claro com a limitação da construção do banco de dados, tanto para a revisão da literatura, quanto para a produção dos dados empíricos. Os dados empíricos são de extrema relevância para o fornecimento dos dados teóricos a serem debatidos e explicitados, para que então surja um avanço social que ocupe lugar na academia, sobretudo nas subjetividades dos indivíduos.

3.3 A revitimização enquanto cuidado ético e metodológico

O tema violência, em todos os aspectos, torna-se extremamente delicado e sensível ao ser tocado para quem ouve, mas principalmente para quem fala. Dados do Fórum Brasileiro da Segurança Pública mostram que 58,5% dos casos de violência contra as pessoas com deficiência aconteceram em ambientes domésticos. Segundo os dados levantados, a maioria dos agressores são pessoas próximas, que acabam tendo contato corriqueiro com as vítimas, sobretudo quando os casos não são denunciados, pelo desamparo das leis vigentes. A violência acaba por ser sentida de mais intensa quando a agressão é proferida por alguém próximo que outrora existisse estabelecido um vínculo afetivo ou de confiança. O vínculo afetivo ainda pode permanecer porque a manipulação da situação acaba por naturalizar essas situações de violência.

Um cuidado ético muito importante que foi observado é fugir da convencionalidade das narrativas em primeira pessoa e acabar trazer outras formas de narrativas das experiências, a fim de adquirir uma melhor compreensão dos dados empíricos que são primordiais para o entendimento das especificidades da mulher com deficiência. A revitimização é o principal cuidado ético que o (a) pesquisador (a) precisa tomar para que isso não aconteça. É essencial que haja outras alternativas de tratar sobre os assuntos de violência, sem que a vítima retorne ao processo doloroso de reviver aquela experiência. Foi observado que a maioria dos estudos de violência, abordavam as vítimas com perguntas diretas sobre violência e sobre seus agressores. Essa forma de abordagem é muito perigosa, pois a vítima pode se sentir

imediatamente constrangida e entrar em estado de negação de ter experienciado situações como esta, o que impacta diretamente a qualidade da pesquisa. A principal preocupação com a revitimização é com os danos psicológicos que podem ser causados à vítima, ao ter uma pergunta direta de alguém desconhecido (pesquisador) sobre um ato tão danoso, que remetem a lembranças cruéis, que podem gerar gatilhos emocionais e comprometer o estado emocional a curto prazo e a longo prazo. Nesse sentido, Mello (2016) vem trazer a importância da antropologia moral, para pleitear a moralidade e a ética que devem ser primordiais ao tratar de violências, capacitismo e gênero. As relações de troca, nas relações sociais, são regidas pelo princípio ético da interdependência. Torna-se evidente trazer uma reflexão moral aos estudos antropológicos, sobretudo ao identificar o cuidado em relação às dores e angústias que são consequências das mazelas da violência.

Uma alternativa para não colocar as mulheres através da pesquisa em uma situação de revitimização é identificar as práticas antropológicas de pesquisa em que a posição de interlocutora possa ser reconhecida pelas mulheres como um espaço de protagonismo do seu conhecimento experiencial e ao mesmo tempo lhes faculte o controle sobre a forma de expressar e elaborar sobre essa experiência. A antropologia tem se tornado uma ferramenta de luta e afirmação das identidades, valorização das diversidades, da objetificação das pessoas e suas culturas.. Conciliando etnografia e cuidados éticos para o desenho de futuras investigações empíricas, compreendo que o principal limite desse tipo de abordagem é a revitimização. Nesse sentido, considero que o principal aprendizado da leitura desses textos é a possibilidade de construir uma pesquisa empírica que não seja prejudicial às mulheres e que possa ser por elas apropriada, se assim o desejarem como ferramenta de cura. Uma alternativa metodológica que vai contra a revitimização, é fazer com que as interlocutoras possam sentir o pesquisador (a) enquanto aliados no enfrentamento a violência.

Com vistas à construção de uma abordagem empírica, o que pode ser abstraído desses estudos é a necessidade de desenhos de pesquisa em que a narrativa das mulheres seja produzida cientificamente com maior cuidado. Ou seja, proponho que elas falem apenas o que se sintam à vontade para falar, quando lhes forem apresentados os materiais metodológicos, e opções sobre falar de si mesmas ou de experiências que lhe são alheias. Com vistas a perseguir um delineamento empírico, apresento como protagonistas metodológicos três contos que elaborei inspirados nas experiências de violência presentes nos trabalhos.

CONTO 01: Violência Física

Era só um dia comum. Uma quarta feira de primavera...

Ailla, depois de uma noite mal dormida e pouco aproveitada, devido a sobrecarga de estudos da faculdade, acorda para mais um dia de estágio. Ailla é uma jovem de 21 anos, tem olhos azuis, cabelos pretos, corpo de estrutura magra e é cadeirante. Como sempre, Ailla acorda no mesmo horário 06:00am), toma um café da manhã rápido, juntos de seus pais e se direciona para sua Faculdade.

Ailla utiliza o transporte público para chegar até a Universidade e percorre os caminhos das ruas calmas, numa cidade do interior da Bahia, até o ponto de ônibus. Durante o percurso, Ailla lembra que precisa relembrar sua amiga Evellyn de levar para a faculdade uma blusa de cor rosa, com estampas de rosas, para utilizar em um encontro marcado para o mesmo dia, como ela havia combinado no dia anterior. Ela para o manuseio da sua cadeira de roda, beirando a sombra de uma árvore, envia uma mensagem de texto e segue o caminho até o ponto de ônibus que está logo na próxima esquina. Não demorou muito para que o ônibus chegasse. Com a ajuda do cobrador do ônibus, Ailla consegue se aconchegar no seu espaço reservado no ônibus, apesar do ônibus lotado e de pessoas sem deficiência estarem naquele lugar. A viagem de ônibus se estende por cerca de 30 minutos. Ailla utiliza esse tempo para colocar algumas leituras atrasadas em dia e observar as pessoas ao seu redor.

Durante o intervalo de tempo em que Ailla entrava no ônibus e conseguia se instalar no lugar direcionado a ela, um homem branco, aparentemente uns 35 anos, soltava sussurros sobre onde ela iria caber naquele ônibus lotado. Se intensificou quando ele descobriu que seria no lugar que ele estava. Ao invés de criticar o serviço precário oferecido, questionou se a permanência da jovem era válida ou não.

Ao decorrer do caminho, o ponto de chegada de Ailla se aproximava. Como era corriqueira a ida da jovem todos os dias, o cobrador já sabia onde ela desceria. Então, ao se aproximar mais um pouco, o trabalhador se levantou do seu lugar para ir até Ailla e a ajudar a descer. Durante o processo de descida, que já é um pouco demorado pros outros passageiros, tendo em vista que a tecnologia dos ônibus é um tanto arcaica, a escada de uso comum, que se transforma em uma rampa para que a Ailla possa descer emperrou e durante uns 10 minutos o motorista do ônibus e o cobrador se colocaram pra resolver este problema. O homem que já estava irritado pela situação anterior, ficou ainda mais irritado, assim falando um monte de coisas horríveis para Ailla, a constrangendo na frente de todos e todas. Como se não bastassem as agressões verbais, chegou ao ápice da situação. Enquanto Ailla e algumas poucas pessoas tentavam amenizar a situação, o homem se exaltou a ponto de agredir Ailla com um soco na boca. Nesse momento um grande alvoroço foi causado no ônibus onde as pessoas finalmente tentaram acabar com aquela situação.

Ailla, com o sentimento de revolta, expôs o caso nas redes sociais, que acabou atingindo um grande público e ganhando visibilidade.

Conto 02: Violência Sexual

Assim como a maioria das meninas jovens do ensino médio, Marina tem suas fiéis amigas. Dentre estas, Juliana é uma das suas melhores amigas. Elas faziam tudo juntas. Estudavam juntas, iam ao mercado juntas, saíam juntas pra se divertir, até dormiam juntas algumas vezes. Marina é uma jovem de 18 anos, que está no último ano do ensino médio. Tem

cabelos longos, olhos verdes e tem baixa visão. Juliana, sua amiga, é um pouco mais alta que Marina, também com 18 anos, tem olhos castanhos e cabelos escuros.

Elas moram na mesma rua há mais de 15 anos e se conhecem desde criança. Todos os dias vão juntas pra escola do bairro e voltam juntas. Marina e Juliana se encontraram por volta das 7h da manhã e se locomoveram até a escola. Juliana a ajuda com sinais de identificação nas ruas, para que ambas tenham um caminho tranquilo. Elas sorriam, conversavam. Chegaram na escola e se direcionaram para a sala de aula. Era aula de história e a professora falava sobre o período da ditadura militar no Brasil. Durante a aula a professora passou um trabalho avaliativo, que a composição era um trio. Marina e Juliana logo sinalizaram que para se juntar. Karine, uma amiga da turma, também faz parte do trio. Durante a saída da escola, elas combinam de ir até a casa de Marina para fazer o trabalho durante a noite e, no final, dormirem por lá, para irem juntas até a escola no outro dia.

As três se direcionaram até a casa de Juliana. Era quase hora da janta e a mãe de Ju pediu pra que ela fosse até a padaria e assim pudessem jantar. Elas se encaminharam até a padaria e voltaram pra casa. Durante o jantar, estavam na mesa as três amigas, a mãe de Juliana e o irmão mais velho de Juliana. Conversa vai conversa vem, Marina não percebeu que o irmão mais velho de Juliana estava olhando para ela sem parar. Eles se conheciam há muito tempo, mas dessa vez os olhares eram diferentes. Ao contrário de Marina, Karine percebeu os olhares e falou para elas quando o jantar acabou e elas estavam no quarto conversando. Elas não se importaram, afinal era alguém próximo e acharam normal, sem maldade. Elas conversavam sobre o trabalho, enquanto Karine digitava alguns pontos para serem desenvolvidos. Após a finalização, colocaram um filme pra assistir enquanto pegaram no sono. Juliana tinha uma cama de casal, cama espaçosa de aconchegou rapidamente as três. Durante a noite, Marina acordou sentindo toques nas suas partes íntimas. Sonolenta e assustada, ela só perguntou o que ele estava fazendo e ele correu. Marina ficou muito assustada com a situação, porém só soube se retrair no outro dia. As amigas perguntavam porque ela estava triste, mas ela não falava nada. Até que uma hora ela falou apenas para a Karine, que sugeriu que ela fizesse uma denúncia, mas ela com medo da reação externa não realizou.

Conto 03: Violência Psicológica

Bethy esteve em um relacionamento abusivo por 13 anos. Assim como várias mulheres de gerações anteriores, Bethy se casou muito jovem, com apenas 17 anos. Bethy é uma mulher de 30 anos, tem deficiência auditiva e hoje trabalha junto com outras mulheres de uma associação de mulheres com deficiência auditiva, na área de designer gráfico. As discussões sobre problemas que norteiam a vida de mulheres com deficiência são diversas e também tiveram muita contribuição para a Bethy estivesse onde está hoje.

Aos 16 Bethy conheceu Roberto, que tinha 18 anos. Namoraram durante 6 meses e Roberto a pediu em casamento. A família, que já não aguentava mais ter ajudar Bethy com as coisas que ela pedia ajuda, acatou com a decisão. Bethy sem muito poder de escolha ou até de vontade própria encarou a nova realidade. Não demorou muito para que eles se casassem e fossem morar sozinhos. Bethy nota que quanto mais o tempo passa, mais o seu marido fica impulsivo e controlador. Antes eles moravam a 80km de distância e hoje estão juntos todos os dias a todo momento. Bethy se casou aos 17, no início da faculdade. Ele dizia que Bethy não precisava

sair de casa. Ele fazia tudo. Ia ao mercado, a feira, fazia a comida e ela só existia a partir do que ele permitisse que ela fosse. Ela não podia ter amigos, nem ter contato com ninguém de fora da família, pois segundo ele, ele daria todo suporte que ela precisasse e também não precisaria sair e nem poderia sair sem antes pedir permissão.

Era uma cidade pequena, com desenvolvimento médio, mas tinha uma grande chance de todos da cidade se conhecerem. Roberto então teve uma conversa com o chefe de Bethy, que trabalhava em um escritório e em seguida Bethy foi demitida do emprego. Bethy estava sofrendo tanta pressão que teve que desistir da faculdade. Ele dizia que uma mulher com deficiência não precisava estudar e ela muito menos porque ele daria tudo, mais uma vez.

Passado uns anos, Bethy engravidou e começou a frequentar consultas médicas e encontro com outras grávidas que conversavam sobre diversos assuntos, dentre eles abuso psicológico, relacionamentos abusivos e violência. Só aí Bethy começou a perceber que as atitudes de Roberto eram abusivas. A cada comentário, eu fui me identificando e percebendo que se tratava de abuso”. Ela acabou entrando em trabalho de parto dentro de casa, contra a vontade do marido. “Me empoderei durante a gravidez, aprendi a me impor, ele não queria que eu tivesse parto normal de jeito nenhum, pois isso me “alargaria”, conta. Então com o passar dos anos as discussões só foram se intensificando, até que ela optou por denunciar o marido que tentou fazer sexo com ela sem consentimento. “Eu já sabendo que aquilo era estupro, recusei. Saí correndo de casa pedindo socorro. Ele me bateu e me arrastou no chão”, descreveu.

Ela cada vez mais lia e tinha acesso a grupos e movimentos que falavam sobre esses assuntos na internet e começou a frequentar pessoalmente. Ela registrou a denúncia em uma delegacia próxima da casa, a 7ª Delegacia de Defesa da Mulher de Alagoinhas. Foi acompanhada da irmã que resolveu apoiar, apesar da mãe ter falado que não era nada demais e que era normal, pois ele era seu marido. Hoje Bethy procura empoderar mulheres com deficiência e tenta fazer com que cada vez mais mulheres com deficiência se imponham e tenham voz.

Esses contos foram idealizados como ferramentas de distanciamento e controle sobre a experiência traumática vivida. Escritos ficcionais baseados em relatos e situações reais de violência, que são apresentados em uma linguagem simples e acessível. A forma como a escrita é exercida, pode até ser vista como uma forma de transmitir uma certa força e revigoração para quem lê ou escuta, pois os contos podem ser escritos ou gravados. A partir da leitura ou escuta, a interlocutora pode se sentir à vontade para falar o que quiser a respeito e tudo que for falado pode se tornar um dado etnográfico, a partir da sua compreensão e consentimento. Essa abordagem pode explicitar outras perspectivas sobre a situação, que não seja a naturalização dessas violências. Podendo assim modificar ou consolidar suas percepções sobre ambientes de segurança e exposição aos diferentes tipos de violências, dinâmicas de cuidado, suporte e assistência. Além disso, acreditamos que há um benefício pessoal em romper o silêncio em torno dessas experiências que pode reduzir o sofrimento que essa

experiência traumática causa e também suscitar a busca (individual e coletiva) por alternativas de cura.

O ambiente em que a movimentação de pesquisa acontece é outro cuidado importante que deve ser observado com muita cautela. Dependendo do tipo de deficiência vivido pelas mulheres, muitas delas estão sob os olhares de um cuidador ou cuidadora, que podem ser seus respectivos companheiros ou familiares. Estes podem ser os principais agressores e a pesquisa pode estar altamente coagida, sobretudo porque ao expressar-se, a vítima pode falar alguma coisa que não seja do agrado de seus abusadores e isso pode gerar mais uma violência. É importante que as interlocutoras estejam livres com o pesquisador (a) para optar sobre o lugar escolhido para exercer o diálogo entre ambos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres deficias experienciam situações de violência e lidam com diversos tipos de opressão na sociedade oriunda da dupla vulnerabilidade que enfrentam. Com base nas pesquisas analisadas, fica evidente que essa dupla vulnerabilidade se torna real ao entrecruzar as desigualdades de gênero, com base nas ideologias patriarcais de inferioridade das mulheres, com o capacitismo e a corponormalidade que segregam e oprimem corpos deficias.

A invisibilização dessas violências prejudica o desenvolvimento de políticas públicas que pautem o enfrentamento cruzado do capacitismo e da violência de gênero. A falta de profissionalização dos responsáveis que para lidar com essas demandas, que puramente se baseiam no ponto de vista biomédico, limita a compreensão dos reais problemas acaba por corroborando com as desigualdades de gênero e do capacitismo. Pautar o modelo social da deficiência é buscar a compreensão de que os corpos com deficiência quebram as barreiras das limitações que são impostas pelas estruturas patriarcais e capitalistas. Ao contrário do que o modelo biomédico ressalta, não são incapazes, mal formados ou presos às suas limitações corporais. Assim como todas as pessoas percebidas como “sem deficiência” as mulheres deficias possuem a necessidade humana de terem suas vozes ouvidas e de terem suas próprias experiências “contadas” como parte dos seus conhecimentos e tecnologias de habitar esse mundo desse o lugar da submersão na violência estrutural, não apenas como vítimas da opressão. O modelo social da deficiência surge para que pessoas com deficiência assumam o protagonismo das suas histórias e possam vivê-las, sem que isso intensifique as consequências físicas e psicológicas da incapacidade social de conviver com os corpos diferentes.

O movimento feminista foi fundamental para o desenvolvimento das questões que compreendem os debates de gênero e da deficiência, com a perspectiva da vulnerabilidade e do cuidado. Ao reivindicar a segurança do Estado para as mulheres com deficiência e ouvir as cuidadoras que, por ora, são as pessoas que podem vocalizar as preocupações pertinentes ao debate da deficiência. Entretanto, esse movimento ainda tem muito a avançar na construção de condições para que as mulheres com deficiência sejam consideradas como atores políticos na construção dos debates e para as pesquisadoras/pesquisadores comprometidos com esse tema academicamente, sejam realmente aliados em busca do fomento científico.

O desenvolvimento de pesquisas empíricas que tenham o intuito de abordar mulheres deficias como parceiras de pesquisa e não como puras “cobaias” ou “vítimas exemplares” a serem exibidas nos cenários políticos e acadêmicos é urgente e necessário. Mas ele não vai acontecer sem que os pesquisadores sejam capazes de demonstrar preocupações com a

integridade psicológica e física das mulheres, sem que eles incorporem as perspectivas de compreensão social da deficiência, delineando ferramentas de pesquisa capazes de compreender a especificidade da vulnerabilidade que mulheres com deficiência enfrentam nas suas experiências sociais, a exemplo das violências sofridas. Apesar do valor das pesquisas nas ciências humanas que podem produzir com maestria soluções que garantam o enfrentamento à violência de gênero e capacitista para a sociedade e para o Estado, elas terão pouco valor se não forem capazes de se comprometer com as condições concretas em que mulheres com deficiência possam ter uma melhor qualidade de vida. Ao desenvolver essas pesquisas, o debate pode e deve transcender os muros acadêmicos das universidades e dos periódicos científicos e chegar até as mentes e aos corações dos indivíduos. A mudança social só acontece quando se dialoga sobre e quando há a tentativa de romper as estruturas que oprimem as minorias.

Embora a Lei de Inclusão Brasileira e a Lei Maria da Penha estejam em vigor, ainda há barreiras que precisam ser melhor entendidas para serem quebradas, pois a violência contra mulheres com deficiência ainda é invisível. A violência contra mulheres com deficiência, no Brasil é pouco pesquisada e conseqüentemente é pouco discutida nos espaços públicos e privados. Ainda que a violência contra mulheres com deficiência seja explicitada, elas podem ser banalizadas, naturalizadas, por pessoas com deficiência no geral, serem vistas sem a capacidade de sentir.

A violência contra mulheres com deficiência pode acontecer repetidamente, porque a maioria acontece nos espaços domésticos e a vítima pode ter contato contínuo com seus agressores que podem abusar psicologicamente, as coagindo a ver aquilo como normal ou causando o impedimento da chegada até os locais de denúncias. Fica evidente nos estudos que as mulheres com deficiência intelectual são as mais afetadas com a violência psicológica e física e que estas enfrentam maiores barreiras para acessar os locais de denúncias, por estarem em situação de isolamento doméstico e social, sendo vítimas de maus tratos que refletem na violência física e psicológica. O Estado não traz garantias de cuidado e acolhimento doméstico, caso seja constatado que estar em casa seja extremamente nocivo a esta.

O levantamento das pesquisas, principalmente as que não são das ciências humanas, algumas vezes não focam em investigar outros marcadores sociais como a identificação étnico-racial e a classe das mulheres em situação de violência, que é primordial para entender onde estão e quais são as mulheres deficias que lidam com a violência de forma recorrente. Dos poucos estudos empíricos sobre violência contra mulheres com deficiência, apenas um foi

localizado no estado de Alagoas. O que traz a necessidade das ciências sociais e humanas de investigar como as mulheres defças alagoanas estão vivendo suas experiências de dupla vulnerabilidade. Assim o intuito deste trabalho é que ele tenha reverberações acadêmicas, mas que os muros da academia sejam atravessados e que os debates cheguem até o público certo. A ideia é desenvolver ampliar as pesquisas empíricas sobre esse tema, com caráter de urgência, e que os dados obtidos tragam reverberações pertinentes para o estado de Alagoas, sobretudo para as mulheres com deficiência, incluindo a pesquisadora defça que aqui finaliza esta monografia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMIRALIAN, M.L T et al. Conceituando deficiência. Revista de Saúde Pública. v.34, nº1, 2000.

AKOTIRENE, Karla. (2019.). Interseccionalidade. São Paulo: Polém, 150 p.

Alvarez, Sonia E. (1990), *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton: Princeton University Press.

ARAÚJO, J. M. O.; COSTA, M. A.; LIMA, R. S. A importância do artigo científico na vida acadêmica. *Criar Educação, Criciúma*, v. 10, n.1, p. 64-76, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/ce.v10i1.3440>. Disponível

em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/3440/5741#>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

BUTLER, Judith. (2000) “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 151-172.

COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. (2016) *Intersectionality* Cambridge, Malden: Polity Press.

COSTA, Ana Alice Alcantara (2005), “O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política”, *Niterói*, 5(2), 9-35.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vitória: Ministério Público do Trabalho, 2014. 124p.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. (2008) *Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 165-211.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e Conversas de Mulher*. 1ª, ed, São Paulo: Planeta,

2013. DINIZ, Débora. (2007) *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Fundação Perseu Abramo. (2001). *A mulher brasileira nos espaços públicos e privados*. São Paulo: Autor.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. (2005) “Feminist Disability Studies”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 30, n. 2, p. 1557-1587.

GAVERIO, Marco A.(2017) . Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos disability studies. *Revista Argumentos*, v. 14.

GREGORI, M. F.(1993), *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo, Paz e Terra/Anpocs.

GROSSI, Miriam Pillar. *Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil*. *Revista Estudos Feministas - REF*. Ano 2, 2º sem., 1994, p. 473-483.

GUIMARÃES, Raquel. (2010) "Gênero e deficiência: um estudo sobre as relações de cuidado". In: DINIZ, Debora; SANTOS, Wederson (Org.). *Deficiência e discriminação*. Brasília: Letras Livres, 2010. P. 197-228.

HARAWAY, Donna J. (2009) “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: HARAWAY, Donna J.; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano* Trad. de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 33- 118.

MAYS, Jennifer M. *Feminist Disability Theory: domestic violence against women with a disability*. *Disability & Society*, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 147-158, 2006.

MELLO, Anahi G.; NUERNBERG, Adriano H. (2012) “Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas”. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n.3.

MELLO, Anahi Guedes de. *Economia moral do cuidado: um estudo sobre violências contra mulheres com deficiência em Belo Horizonte*. In: VEIGA, Ana Maria; LISBOA, Teresa Kleba; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero e violências: diálogos interdisciplinares*.(Série Diversidades). Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, p. 86-120, 2016b. Disponível em:

[https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/171684/G%C3%AAnero%20e%](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/171684/G%C3%AAnero%20e%20)

20Viol%C3%AAncias_digital.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 29 jun. 2021.

MELLO, Anahi Guedes de. Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2019.

NUSSBAUM, Martha. Capacidade e Justiça Social. In: DINIZ, D; MEDEIROS, M; BARBOSA, L; Deficiência e Igualdade. Brasília: Letras Livres e Editora da UNB, 2010.

PORTO, Rozeli; DINIZ, Debora. Entrevista: Debora Diniz. In: GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; PORTO, Rozeli. (Orgs.). Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis: Mulheres, 2006, p. 67-72.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.; ALMEIDA, Suely Souza de. (1995) Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter

SAFFIOTI, Heleieth. (2015) Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.

SILVEIRA, I. T. (2006). Sociedade, educação e família. Revista Histedbr On-line, 22, 180-193.

SIMÕES, J. Dos sujeitos de direitos, das políticas públicas e das gramáticas emocionais em situações de violência sexual contra mulheres com deficiência intelectual. 2019.

Tese

(Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SIMÕES, J. 2019. Sobre gramáticas emocionais e violência sexual. Notas a partir de dois casos de interrupção legal de gestação realizados por mulheres com deficiência intelectual. *Anuário Antropológico*. 44, 1 (jun. 2019). DOI:<https://doi.org/10.4000/aa.3496>.

SIMÕES, J. 2020. Dor, sofrimento e vitimização como técnicas de governo: considerações a partir de casos de abortamento em mulheres com e sem deficiência intelectual. *Ayé: Revista de Antropologia*, v. 2 n. 1.

SOUZA, Victor Hugo Santos. (2016) Misturando Trigo E Giz: Uma Abordagem Antropológica Do Centro De Atividades Lurdinha Vieira Em Maceió. 2016. Monografia (Bacharel em Ciências sociais) - Universidade Federal de Alagoas, 2016.